

PINGA-FOGO

■ **HOMENAGEM** - O presidente Carlo Caiado entrega, nesta sexta-feira, 17 de outubro, a medalha Pedro Ernesto à Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Gávea. A solenidade poderá contar com a presença do padre Lincoln e de Dom Orani Tempesta.

■ **FESTA POR AÍ...** - Um novo projeto surge e já toma as redes sociais. A BRISA A FESTA é o novo projeto de Leo Marçal e Paulinho Orozimbo que promete trazer um evento diferenciado para os amantes do house, no Rio, no dia 22 de novembro.

■ **CELEBRANDO UM LEGADO** - Ainda em novembro, no dia 18, serão celebrados os 80 anos de João Barreto, fundador da Orla Rio. A comemoração será realizada no Roxy Dinner Show, em Copacabana, para convidados.

■ **LUPA NOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS** - A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro está intimando postos de combustíveis a realizarem o recadastramento obrigatório para contribuintes sujeitos ao controle diferenciado. Os estabelecimentos notificados têm um prazo de cinco dias úteis para entregar a documentação exigida. Os donos de postos que insistirem em descumprir a determinação serão autuados e poderão ter a Inscrição Estadual impedida, ficando proibidos de comprar produtos e emitir notas fiscais de venda. Ao todo, dois mil estabelecimentos estavam obrigados a realizar o procedimento. Desse total, 532 tiveram a documentação aprovada. Já 479 aguardam análise e outras 127 solicitações foram indeferidas.

■ **FORÇA SINDICAL** - O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, Odair Mariano, participou, essa semana, em



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Reciclagem contra a falsificação de bebidas

Os recentes casos de intoxicação pelo consumo de bebidas adulteradas com metanol acenderam um alerta na sociedade. O problema, que afeta a segurança dos consumidores e a credibilidade do setor de bares e restaurantes, também tem estimulado novas práticas de responsabilidade ambiental e de segurança sanitária. Diante desse cenário, cresce a importância de ações que garantam o descarte correto das embalagens e inibam o uso indevido de garrafas no mercado ilegal.

Desde 2022, o Instituto Fecomércio de Sustentabilidade (IFeS) vem se destacando nesse esforço com o programa Revidro, que dá destinação final adequada às garrafas de vidro e impede que vasilhames sejam reutilizados para o envasamento de bebidas falsificadas. O equipamento utilizado tritura completamente as garrafas, tornando impossível seu reaproveitamento indevido. Até o momento, em todos os programas desenvolvidos pelo IFeS foram coletadas mais de 110 toneladas de resíduos (vidro, plástico, alumínio, aço e embalagem longa vida).

Além do Revidro, outros equipamentos do IFeS também garantem a correta destinação



Programa Revidro, do Instituto Fecomércio de Sustentabilidade (IFeS), alia descarte correto de garrafas de vidro à prevenção do uso de vasilhames no mercado ilegal

de materiais recicláveis, reforçando o compromisso da instituição com a sustentabilidade e a segurança do consumidor.

“Trata-se de uma ação que une responsabilidade ambiental e combate à criminalidade, mostrando que a reciclagem pode ser uma aliada poderosa na luta contra a falsificação de bebidas”, conclui o presidente da Fecomércio RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior.

São Paulo, do ato que oficializou a filiação do presidente da Força Sindical, Miguel Torres, ao PDT. E mais: foi confirmada ainda sua pré-candidatura a deputado federal. O evento, na sede central do partido, contou com a presença de Carlos Lupi, presidente nacional do PDT, além de lideranças estaduais.

■ **TAXA DE TURISMO** EM ANGRA - Uma Audiência Pública sobre a Taxa do Turismo Sustentável de Angra dos Reis será realizada no próximo dia 23, no Plenário da Câmara

Municipal. A reunião foi proposta pelo vereador Dudu do Turismo e visa discutir a implementação e os impactos da nova taxa no setor, que vem causando polêmica. Detalhe: a Audiência será aberta para a população e transmitida pela TV Câmara e pelo canal do YouTube do Legislativo.

■ **COMRIO- O Prefeito Canelinha, de Paraíba do Sul, participou como palestrante do Seminário de Desenvolvimento Territorial, que reuniu lideranças, empresários, ges-**

tores e especialistas para discutir o desenvolvimento sustentável das cidades do Estado do Rio de Janeiro.

■ Durante o evento, ele apresentou o COMRIO, consórcio criado para fortalecer o interior do Estado. Na ocasião também agradeceu aos grupos que tornaram o movimento possível: Sérgio Gusman, presidente da AGE Rio; Vinicius Farah, secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e Júlio Talon, presidente da GE Brasil.

■ **SMART SAMPA PARA O MACAPÁ** - O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, apresenta, nesta sexta-feira (17), a central do programa Smart Sampa para diversas autoridades da cidade de Macapá. O sistema de monitoramento urbano conta com 40 mil câmeras que já ajudaram a capturar mais de 2,1 mil foragidos da Justiça e a realizar mais de 3.200 prisões em flagrante sem disparo de arma de fogo. A tecnologia já apoiou também na localização de 100 pessoas desaparecidas e, desde sua implantação em 2024, ninguém foi preso

indevidamente por falhas ou inconsistências do sistema.

■ A apresentação contará com a presença do prefeito de Macapá – Antônio Furlan; da Primeira-Dama de Macapá, Rayssa Furlan; da secretária de Gabinete Civil de Macapá, Viviane Rebelo de Oliveira; da secretária de Comunicação de Macapá, Janise Rezende; da Comandante Geral da Guarda Civil Municipal de Macapá, Érica Freire; do secretário Municipal da Casa Civil, Enrico Misasi; e do secretário Municipal de Segurança Urbana, Orlando Morando.



A deputada federal Enfermeira Rejane mostrando o projeto para a deputada estadual Lillian Behring

Rondas nas unidades de saúde

Depois de bandidos invadirem a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Costa Barros, na Zona Norte do Rio, promovendo terror contra pacientes e profissionais de saúde, a deputada federal Enfermeira Rejane (PCdoB) voltou a sugerir que todas as unidades de saúde do Estado do Rio de Janeiro tenham rondas constantes, para evitar a atuação de criminosos.

Desde 2016, Rejane vinha tentando emplacar tal projeto, na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), enquan-

to atuava como deputada estadual. Mas a iniciativa acabou arquivada. Agora como deputada federal, Rejane passou o projeto para a deputada estadual Lillian Behring (PCdoB), que voltou à apresentação à Casa, esta semana. “As pessoas não podem viver com medo nos postos e hospitais. Com a ronda policial na Saúde, o Estado estará presente, garantindo que o SUS seja espaço de paz, cuidado e respeito. É hora de proteger quem salva vidas”, disse a deputada federal Enfermeira Rejane (PCdoB).

Fernando Molica

A Câmara e a liberdade de xingar

É conveniente que pais e mães tirem suas crianças da Câmara dos Deputados, sequer permitam que elas entrem lá: a maioria dos integrantes da Casa considera aceitável que um parlamentar diga que um político, eleito para a Presidência do Senado, continuaria a “arregaçar o c* dessa casa para que o STF continue a penetrar com a p**** ditatorial”.

Na quarta, 268 deputados votaram favoravelmente à proposta do PL para suspender ação penal contra o deputado Gustavo Gayer (PL-GO) que, em 2023, fez esses e outros xingamentos em transmissão pelo Instagram.

A ação contra o parlamentar foi movida pelo senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO): na mesma fala, o deputado o acusou de ser “vagabundo” e de ter “virado as costas pro povo em troca de comissão”. O Supremo Tribunal Federal aceitara o recebimento de queixa-crime contra Gayer pelos crimes de injúria, calúnia e difamação.

Mas, para a maioria dos deputados, a fala do colega está protegida pela Constituição, que garante inviolabilidade dos parlamentares por “quaisquer de suas opiniões, palavras e voto”. Na avaliação deles, a suspensão da ação penal é necessária para garantir o livre exercício do mandato parlamentar de Gayer.

Na mesma ocasião, em

outra referência à vitória de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para a presidência do Senado, o deputado afirmou o senador estava “esperando a p*****”.

Em seu voto, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso na Primeira Turma do STF, afirmou que, no caso, não haveria incidência da garantia constitucional porque a “conduta realizada não guarda nexocom o exercício da função parlamentar”.

Ressaltou que a fala do integrante do PL fora proferida “fora do recinto parlamentar, em perfil pessoal do querelado, na rede social Instagram”. Segundo o ministro, não houve no caso a presença de requisitos que considera imprescindíveis para caracterização da inviolabilidade.

Em resumo, as palavras de Gayer não estariam protegidas pela imunidade por não terem sido ditas na Câmara e nem em contexto que caracterizasse a discussão de temas relacionados à atividade como deputado. O voto de Moraes foi acompanhado pelos demais integrantes da Primeira Turma.

Em sua decisão, o relator frisou que liberdade de expressão não é liberdade de agressão. Segundo ele, a Constituição consagra o binômio liberdade e responsabilidade, “não permitindo de maneira irresponsável a efetivação de abuso no exercício de um direito constitucio-

nalmente consagrado”.

Para o ministro, a liberdade de expressão não é permitida para “a prática de discursos mentirosos, de ódio, antedemocráticos, ameaças, agressões, infrações penais e toda a sorte de atividades ilícitas”.

Com a decisão da Câmara, o ação contra o deputado permanecerá suspensa até o fim de seu mandato parlamentar. Votaram pela suspensão todos os deputados do PL e do Novo que estavam presentes e a grande maioria dos que integram Republicanos, PP, União e PSD — este, partido de Rodrigo Pacheco.

Semana passada, o Conselho de Ética da Câmara arquivou um processo contra Gayer. Em março, ele dissera que o presidente Lula agira como um “cafetão” ao nomear Gleisi Hoffmann para ministra da Secretaria de Relações Institucionais. Sugerira que ela, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) formassem um “trisal”.

Em tempo: semana passada, foi tornado permanente o Espaço Plenarinho, dedicado às crianças que visitam o Congresso. As meninas e os meninos poderão até fazer fazer discursos de uma minitribuna, similar à utilizada pelos parlamentares. Tomara que não sigam os péssimos exemplos de tantos deputados adultos.

Tales Faria

Trump acorda o monstro da CIA

A Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA, na sigla em inglês) não é apenas um órgão de arapongagem do governo norte-americano. É um instrumento de intervenção efetiva – muitas vezes, criminosa – em outros países.

Fundada em 1947, a CIA se tornou parte fundamental do combate norte-americano a tudo e todos que os governos daquele país considerassem ameaça ao “american way of life”, ou seja, ameaça ao que chamavam de “modo de vida americano”.

Seu posicionamento radical sobre a polarização da geopolítica no pós-guerra a levou a tratar a América Latina como um verdadeiro quintal dos EUA.

Especialmente antes da queda do muro de Berlim e durante o período de Guerra Fria com a União Soviética, a CIA conduziu uma longa lista de operações secretas e não secretas de intervenções sobre os países da região, marcadas por assassinatos, financiamentos a órgãos de repressão e torturas não só contra esquerdistas, mas também contra adversários econômicos.

O caso da Guatemala, em 1954, é emblemático. A CIA patrocinou um golpe militar simplesmente porque uma empresa, a United Fruit Company, se sentia prejudicada pelo governo democraticamente eleito, de Jacobo Árrenz.

Mas foram os casos de motivação ideológica que fizeram a fama da CIA como um verdadeiro monstro a atuar na região. O monstro, que vinha adormecido, atuou em casos absolutamente sangrentos, como o golpe no Chile, em 1973, com o assassinato do presidente Salvador Allende que havia chegado ao poder de forma pacífica e democrática.

A CIA auxiliou um processo de sabotagem econômica contra o país e financiamento de milícias que resultou num verdadeiro show de horrores e torturas no estádio nacional de futebol da capital, Santiago. Em 1975, os Estados Unidos formalizaram um esquema secreto de suporte e apoio direto da CIA a seis ditaduras no chamado Cone Sul da América Latina. A aliança, chamada Operação Condor, juntava Brasil, Chile, Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai. Contava com um banco de dados compartilhado para monitorar opositores e suas famílias. Calcula-se que o acordo resultou em centenas de mortes, com torturadores treinados por profissionais enviados dos EUA.

É esse monstro que estava adormecido e Donald Trump despertou ao anunciar, na quarta-feira (15), ter autorizado a CIA a executar “operações secretas e letais” na Venezuela.

Trump revelou que autorizou inclusive incursões em terra

e que as operações da CIA se somariam às ações militares já em curso no Mar do Caribe, e que incluíram bombardeios contra pelo menos cinco embarcações. Nesses ataques, segundo Washington, contra navios que estariam transportando drogas para os EUA, 27 tripulantes foram mortos.

O anúncio de Trump ocorreu horas após o jornal New York Times divulgar a autorização secreta dada à CIA, e que inclui até tomar medidas contra o presidente Nicolás Maduro e seu governo.

O temor do governo brasileiro é de que, ao se estabelecer essa nova (e antiga) postura belicista e intervencionista da CIA, o “monstro” passe a se espalhar por toda a região além da Venezuela.

Abriria possibilidade de apoio dos EUA – via CIA – inclusive a regimes autoritários, como no passado, sempre que os norte-americanos considerarem prejudicados seus interesses empresariais ou políticos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva instruiu o Itamaraty a utilizar meios diplomáticos para evitar uma intervenção dos EUA na Venezuela. Daí porque o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, sugeriu ao secretário de Estado Marco Rubio, no encontro desta quinta-feira (16), intermediação do Brasil na negociação dos EUA com a Venezuela.